

V Fórum Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis

‘As Desigualdades em Saúde e o Planeamento Saudável’

Montijo – 14 de Novembro de 2014

1. Saudação

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Montijo

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis

Exmos. Srs. Presidentes e Vereadores dos Municípios que integram a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis

Exmos. Srs. Eleitos e técnicos de outros Municípios

Exmos. Srs. Representantes da Direcção Geral de Saúde e da Fundação Serviço Nacional de Saúde

Exmos. Srs. Prelectores

Exmos. Srs. Convidados

2. V Fórum da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis

Muito bons dias para todos, é com enorme prazer que hoje visitamos mais um Município Saudável, e que temos oportunidade, através deste Fórum, de debater aspectos essenciais do desenvolvimento das populações.

Este Fórum da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, na sua 5ª edição, cumpre um conjunto de objetivos entre os quais, assinalar o 17º aniversário desta associação de municípios, que se constituiu em 10 de outubro de 1997.

Discutir estratégias locais de promoção da saúde, partilhar experiências e projetos, consolidar e alargar parcerias, promover o debate em torno da temática das desigualdades e da importância que o Planeamento Urbano Saudável assume no contexto da equidade em saúde constituem, os principais objetivos deste evento.

Escolhemos este tema “As Desigualdades em Saúde e o Planeamento Saudável”, exactamente por verificarmos que, do ponto de vista do Poder Local, registamos uma crescente desigualdade na saúde e bem-estar das populações que representamos, ao mesmo tempo que queremos prosseguir o caminho da qualificação dos nossos territórios, e da sua capacitação para uma melhor saúde para todos.

Por isso mesmo, no painel da manhã, iremos perceber como a crise social e económica que atravessamos tem contribuído para o crescimento dessas desigualdades. Mas também qual o estado da saúde em Portugal, a par da importância deste direito constitucional na construção da nossa democracia.

Já no painel da tarde, iremos testemunhar importantes reflexões e experiências que nos vão ajudar a perceber melhor como podemos aproveitar os Planos Directores Municipais, designados de 2ª geração, enquanto oportunidade para potenciar os efeitos junto da saúde e qualidade de vida das nossas populações, bem como testemunhar outras experiências.

3. 17 anos de trabalho em prol da saúde

A organização deste Fórum constitui o reafirmar de que a promoção da saúde se encontra na agenda política dos autarcas, enquanto motor do desenvolvimento local. São disso exemplo, os múltiplos projetos que os municípios que integram esta rede desenvolveram nestes 17 anos de vida.

Projetos que enfatizam a importância das parcerias, do exercício da cidadania ativa e da ação a nível local para a saúde, equidade e qualidade de vida.

O trabalho em parceria tem sido o pilar de sustentabilidade da intervenção desta Rede de Cidades Saudáveis e dos seus municípios. Uma parceria intersectorial, porque existe evidência de que as ações de outros setores influenciam significativamente os fatores de risco da maior parte das doenças e dos determinantes da saúde. São conhecidos os impactos que as políticas relacionadas com os transportes, com a habitação, com o ambiente, com a educação, com o desenvolvimento social e económico, com o acesso à saúde e com o planeamento urbano, têm na saúde e qualidade de vida das comunidades – temos o caso da legionela como exemplo mais recente.

O conceito de Planeamento Urbano Saudável emergiu do trabalho desenvolvido pelo Movimento das Cidades Saudáveis.

Planeamento Urbano Saudável significa planejar para as pessoas. Este conceito promove a ideia de que uma cidade é muito mais do que edifícios, ruas e espaços verdes. É um organismo vivo, que respira e cuja saúde está intimamente ligada com a dos seus cidadãos.

Planear e estruturar uma boa rede de equipamentos de saúde, que se complementem e que deem resposta à legítima necessidade das populações de acederem a um direito básico como é a saúde é também uma premissa do Planeamento Urbano Saudável.

O acesso à saúde, para além de um direito é também um barómetro das desigualdades sociais existentes. E sabemos que a este nível, bem como a outros, Portugal é um país muito desigual. As pessoas pobres e socialmente excluídas são privadas de benefícios e de oportunidades para alcançar uma boa saúde, sendo amplamente conhecidos os impactos sobre a saúde e a morte prematura que advêm da pobreza, das desigualdades e da exclusão social.

4. A situação nacional

Portugal tem enfrentado nos últimos anos um cenário de profunda crise socioeconómica com vincadas repercussões na qualidade de vida e na saúde das pessoas. As desigualdades têm-se agravado e a percentagem de população em risco de pobreza e de exclusão social tem aumentado. A elevada taxa de desemprego tem empurrado as famílias e os jovens para situações de precariedade social.

Portugal é também hoje o país mais assimétrico da Europa em desigualdade social. Uma em cada cinco pessoas é considerada pobre e uma em cada três pessoas com mais de 65 anos vive só e é considerada pobre. O risco de pobreza atinge os 43,4% e os 20% de pessoas mais ricas têm um rendimento seis vezes superior ao dos 20% de mais pobres. A discrepância entre ricos e pobres situa-se nos 33,7%, sendo a média europeia de 30,5%.

As desigualdades na distribuição dos rendimentos pelas famílias portuguesas são mais elevadas em Portugal do que em praticamente todos os países da Europa.

Este cenário tem repercussões nos diversos setores da sociedade, entre os quais o da saúde. Aliás, as medidas adotadas pelo Ministério da Saúde no quadro dos sucessivos Orçamentos de Estado têm tido serias implicações no agravamento das desigualdades em saúde. Esta questão é fácil de perceber quando se assiste à quebra do poder de compra provocada pelo desemprego, pela diminuição dos salários e pelo aumento dos impostos, e no outro prato da balança se encontra a diminuição da capacidade dos cidadãos em acederem a bens essenciais

como a alimentação, habitação, cuidados de saúde (aumento das taxas moderadoras e portaria sobre a reorganização hospitalar – nº 82/2014, de 10 de abril), entre outros, o que diminui a capacidade de resiliência das comunidades provocada por um sentimento generalizado de insegurança e incapacidade de responder aos imponderáveis e dificuldades do quotidiano.

Assim, no contexto socioeconómico que vivemos atualmente, falar de saúde é, sobretudo, falar de equidade. É garantir que todos têm acesso a cuidados de saúde de qualidade, é promover igualdade de oportunidades no acesso à educação e à cultura, ao emprego e à proteção social, a estilos de vida saudáveis e aos cuidados de saúde, é promover medidas e políticas que vão de encontro às necessidades de todos os grupos da população, e não apenas dos mais influentes.

5. O papel do Poder Local Democrático

A todos estes níveis, os municípios saudáveis desempenham uma intervenção preponderante que se sustenta nos Planos de Desenvolvimento de Saúde locais, planos estes que dão sustentabilidade ao planeamento estratégico em saúde, envolvendo os diferentes sectores da comunidade numa lógica de corresponsabilização pela saúde e qualidade de vida e que integram projetos e programas que contribuem para a concretização dos objetivos e medidas do Plano Nacional de Saúde.

O compromisso político com a equidade em saúde é determinante para as mudanças sociais e políticas sem as quais não será possível combater as desigualdades em saúde. Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de políticas de combate à pobreza e à exclusão social e de alterações sociais profundas. Políticas, estas que, no atual contexto socioeconómico, assumem uma prioridade estratégica e uma responsabilidade direta do Estado central.

A relação biunívoca entre a saúde as desigualdades sociais não deixam dúvidas quanto ao impacto que o social tem na saúde das pessoas e da importância de se investir em políticas interministeriais que promovam a articulação entre estes dois setores da sociedade. Nas autarquias locais conhecemos muito bem a importância dessa articulação e promovemo-la na dinamização das parcerias e no desenvolvimento da Rede de Cidades Saudáveis e da Rede Social, que em conjunto são um motor do desenvolvimento local e da criação de respostas transversais que vão de encontro às necessidades das comunidades.

É, portanto, neste contexto socioeconómico de elevada adversidade que as autarquias, desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos das pessoas mais vulneráveis e socialmente desfavorecidas. Direito à saúde, a alimentação de qualidade, a habitação adequada, à educação, entre outros direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Neste contexto, encontramos nos municípios que integram a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis uma variedade de projetos dirigidos à população socialmente desfavorecida e em exclusão social com o objetivo de elevar os seus níveis de saúde e de bem-estar. A Saúde e a Equidade em Saúde estão nas nossas agendas políticas e são abordadas nos diversos projetos de promoção da saúde desenvolvidos localmente, que contribuem para a construção de municípios mais saudáveis.

É com base neste compromisso político que nos propomos desenvolver um Roteiro Nacional para a Saúde que nos permita lançar o debate sobre o impacto das desigualdades sociais na saúde das populações, refletindo sobre o papel do poder local e o seu contributo para promoção da equidade em saúde e as responsabilidades do Estado central nesta matéria e muito concretamente no acesso aos cuidados de saúde.

Consideramos que, no ano em que se comemora os 35 anos do Serviço Nacional de Saúde, e os 40 anos do 25 de Abril, este é um debate oportuno e necessário. E queremos reafirmar o compromisso do Poder Local e da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis no combate às desigualdades e pela defesa do direito à saúde e ao Estado Social, assinando uma declaração que será um guia para a nossa acção colectiva futura. Acção que passa pela defesa e reforço do Serviço Nacional de Saúde, enquanto instrumento central na concretização do direito constitucional de acesso à saúde.

Bom trabalho a todos, muito obrigado pela atenção

Joaquim Cesário Cardador dos Santos